



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 04 de julho de 2018

N.º 13/2018

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

A Sra. Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro, solicitou a sua substituição, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

Tomou posse Jorge Manuel Lampreia Patrício, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 2, para substituir a Sra. Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro, ficando o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

A Sra. Vereadora Teresa Alexandra Malveiro Andrade, esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 7.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

4

- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.
- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14.
- h) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Higiene Urbana, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 15.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Carvalho – No seguimento de dois requerimentos que foram apresentados, apenas para fazer o pedido que os mesmos possam conhecer resposta. Um deles foi sobre um assunto que foi aqui debatido, na sequência de uma recomendação apresentada por mim, enquanto vereador do PSD, na última reunião de Câmara, onde foi falada a questão de segurança da Praia da Saúde. Explica que ela não tem essa denominação, mas é assim que é conhecida, bem como o Parque Urbano de Albarquel, relativamente à sua impossibilidade ou eventual impossibilidade de não poderem vir a tornar-se praias com bandeira azul. Foi pedido o estudo ou a fundamentação que indica nesse mesmo sentido.

O outro apenas formaliza ou quase que replica aquilo que foi colocado pelo grupo de cidadãos, que se têm manifestado contra o encerramento da via rodoviária que está entre Figueirinha e o Creiro. Julgo que esse requerimento pede um conjunto de documentos. O propósito desses documentos, para que se entenda, não é para que se verifique qualquer tipo de contestação, porque já disse, apesar de estar contra a solução, creio que o nosso ponto de partida do acesso às praias, é um ponto de partida de melhorar aquilo que nós tínhamos, porque o constrangimento sempre existiu. O PSD, para realizar propostas tem que conhecer e tem que ter na sua base aquilo que é um dos principais princípios, que levou a esta solução que tem a ver com a segurança e porventura outros. Esse documento procura chegar a essa documentação e que ela chegue a nós, no sentido de trabalharmos positivamente nessa solução. Sem ela ficamos sem a mesma informação que os outros vereadores que têm conhecimento dessa matéria, por isso solicitamos a mesma, reforçando aqui que a seu tempo se fará um balanço daquilo que é a solução que está colocada, e a seu tempo, quando esse balanço se fizer, da nossa parte é acompanhado de propostas, por isso quanto mais rápido vier mais rapidamente poderemos participar nesse processo e é isso que pretendemos e é isso que pretendo na qualidade de vereador.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Queria levantar também uma questão relativamente rápida, é mais um lembrete de um assunto, que é do conhecimento do executivo já há alguns anos e que tem a ver com o problema do coletor pluvial, na zona do Faralhão, que persistentemente está a levantar problemas. O coletor pluvial apanha todo o bairro da cooperativa, por de trás da Caixa Geral de Depósitos e toda a zona a Sul, vai sair num caminho que liga a Rua Jerónimo Marques Cavaco e a Rua António Lourenço. Eventualmente e digo eventualmente,

porque não tenho matéria para poder afirmar perentoriamente, mas fruto de ligações clandestinas a esse coletor, aparece recorrentemente quando chove muito, dejetos nessa vala. Quando chove muito também tem um outro problema agravado, essa vala que daria seguimento ao coletor deveria de ter ligação aos esteiros e sair para o rio, mas está tapada e cria uma zona inundável, o que tem provocado alguns constrangimentos às pessoas que ali vivem. Penso que isso é do conhecimento do executivo. Também quando chove muito aquela estação elevatória que está no Faralhão, na Rua Padre Américo deve bombear para cima do depósito, depois vai para a ETAR, mas não dá vazão e o esgoto doméstico acaba por sair pelas tampas por qualquer razão, pois não sei o que é que se passa, mas recorrentemente algumas pessoas têm falado sobre isto. Nós estivemos no local, disseram-nos que a Câmara já tinha conhecimento, mas que ainda não houve uma intervenção que pudesse resolver este problema. Era um alerta para não deixar o assunto esquecido, em princípio irão acabar as chuvas, poderia ser altura ideal para haver alguma intervenção naquela zona.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Uma questão de segurança que tem a ver com as luminárias das passadeiras na Av. Luisa Todi, que se encontram praticamente todas desligadas. Cada passadeira tem um poste de iluminação e todos eles, segundo aquilo que verifiquei, pelo menos a norte da avenida, estão todos desligados.

Os pontos de água existentes na Av. Luisa Todi neste momento não funcionam, a não ser a fonte das Ninfas, todos os outros estão desligados e sem água. Deixar esta observação, porque embora este Verão não seja muito presente, de qualquer das formas a água é sempre bem-vinda para quem nos visita e para todos nós que utilizamos os espaços públicos.

Pela primeira vez a realização das duas festas “Fest’asso” e “Festanima” são coincidentes durante uma semana. Obviamente que são questões que dizem respeito unicamente aos executivos das juntas de freguesia, mas qualquer das formas não é benéfico para a cidade haver dois eventos, que são importantes e que estão relacionados com as coletividades, com aquilo que é o rendimento que as coletividades tiram desse espaço, que servem para as suas atividades anuais, haver coincidência que certamente terá constrangimentos e vai retirar público e visitantes aos dois eventos. Não sei de quem é a responsabilidade, não sei se houve uma articulação entre as duas maiores freguesias da cidade. De qualquer das formas não posso deixar de ficar esta observação, que podia perfeitamente ter sido evitada e ninguém tem a ganhar com esta sobreposição de calendário, nem as freguesias nem as coletividades e certamente também a cidade não terá.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Gostaria de salientar pela positiva a medida que foi tomada pela Câmara, no que diz respeito a deservagem, passando para a deservagem mecânica em vez de ser química, uma vez que tem levantado muitos problemas, quer a nível de saúde ambiental quer a nível da saúde animal e também das pessoas. Salientar também que o método que está a ser utilizado pela Câmara Municipal de Setúbal é considerado muito avançado, com o vapor de água e depois com a deservagem mecânica, o que salientamos pela positiva. Muitos vereadores de outras Câmaras têm salientado este aspeto de muito positivo. No entanto, uma das coisas que tenho estado a notar cada vez mais, apesar de termos meios muito avançados para proceder à deservagem, há zonas em Azeitão (vou falar mais de Azeitão, porque é a zona onde tenho possibilidades de passar com mais frequência para ver) que estão muito entregues a si próprias. Apesar de existirem passadiços e vias como nunca houve, nomeadamente na Rua da Florex e nas principais vias de acesso, que são excelentes, na Rua Almada Negreiros também foi uma zona muito importante em que se construíram passeios, mas na verdade é que são aqueles passeios de cimento que deixam espaço para a terra e no meio crescem as ervas, por isso sugeria fosse dado um banho de cimento por cima. Peço aos senhores vereadores responsáveis para darem uma espreitadela em determinadas ruas, porque as zonas, tanto quanto sei são da responsabilidade completa da junta de freguesia, no entanto a junta de freguesia tem estado a imputar a responsabilidade da deservagem para a Câmara Municipal de Setúbal. Tem que haver aqui um entendimento, senão os municípios ficam perdidos em relação ao que devem fazer. A Rua

5

Francisco Salgado Zenha e a Rua Francisco Sá Carneiro são duas ruas na zona de Azeitão, em que as ervas já são da minha altura, à volta de 1,50 metros e 1,60 metros, em pleno passeio. Ninguém consegue passar por lá, por isso pedia-vos a vossa atenção. Naturalmente somos um município muito grande, há muita coisa para fazer, mas é só para darmos alguma atenção, porque há casas novas que estão ali e as pessoas acabam por ir ficando desapontadas com o nosso trabalho e não há motivos para isso.

Sr. Vice-Presidente – Também quero felicitar a senhora vereadora que acabou de fazer esta intervenção, pela objetividade que colocou nas observações. Provavelmente a realidade até é capaz de não ser tão boa como está a dizer, porque ainda estamos aflitos com as ervas, mas é uma verdade. Custa-nos o atraso no trabalho da deservagem pelo facto de termos abandonado completamente, ainda antes de ter sido completamente proibido por lei, a utilização dos químicos que contém glifosato. Esta situação levou a um atraso, não só pela parte mecânica, mas também pela parte de mão-de-obra e como sabe as limitações com o pessoal são aquilo que se conhece. Esta deservagem térmica pode ser que ajude um bom bocado, mas também não é assim tanto quanto parecia ser. As coisas para o próximo ano serão melhor, porque, entretanto, apareceu no mercado dois produtos químicos orgânicos, mais caros, mas são comprovadamente sem efeitos nocivos na saúde.

As Juntas com este desuso do glifosato também se viram em "*palpos-de-aranha*", porque se requeria imediatamente um aumento do número de pessoas, com a respetiva maquinaria e como sabe não se pode de um momento para o outro arranjar mais pessoal e no Verão ainda é mais complicado o processo de recrutamento.

Nas ciclovias a verificação daquilo que se estava a fazer na Rua do Florex é o cumprimento de uma promessa que temos vindo a fazer em termos de desenho do mapa da ciclovia, vamos fazendo troços obedecendo a um plano de mobilidade que inclui um traçado completo da ciclovia. Daqui a meia dúzia de anos teremos circuitos completos da ciclovia. Ainda faltam uns três anos e tal para que termine este mandato e se calhar já podemos dar passeios às praias ou passeios para a zona da Setenave e ter longas extensões de ciclovia.

Em relação ao senhor vereador Nuno de Carvalho gostava de dar um esclarecimento, porque foi na sessão anterior que fez o pedido sobre o estudo da inviabilidade de utilização da Praia da Saúde, depois fez um requerimento formal. Esse requerimento foi remetido aos serviços para recolher a informação que existe e se necessário pedir à APSS a informação que existe sobre essa matéria, que aqui foi longamente discutida. Tal como já anteriormente tinha explicado, o executivo não faz recomendações a si próprio. A forma não será a correta, aquilo é uma posição do senhor vereador, mas foi mais um requerimento do que uma recomendação. Um órgão não pode requerer a si próprio que faça qualquer coisa! Ele não foi a votação, foi discutido e acertado o texto e depois foi encaminhado.

Sra. Presidente – Em relação ao plano de segurança, as questões que o senhor vereador Nuno de Carvalho colocou, o grupo de trabalho "Valpraia" está a preparar a resposta, certamente que irão receber por escrito.

Em relação ao coletor pluvial do Faralhão o vereador Rabaçal deveria dar essa informação. Relativamente à iluminação na Avenida Luísa Todi, passamos a vida a correr atrás da EDP para reporem a iluminação, é um pouco o jogo do gato e do rato. A Avenida Luísa Todi vai ter um projeto novo de alteração de iluminação e de reforço da iluminação. A Avenida Luísa Todi é uma artéria principal da cidade que está pouco iluminada, pese embora o facto de já termos suprimido algumas árvores de maior porte. A Avenida tem uma iluminação cénica, significa que dá alguma iluminação, mas é pouca, daí haver necessidade de um reforço em relação a essa iluminação.

Em relação à Fest'asso e Festanima, as Freguesias e a Câmara têm muita atividade, às vezes é muito difícil não coincidirem os tempos. Por exemplo, a Feira de Santiago coincide sempre com as festas de Azeitão e na metade do tempo, a Freguesia de Azeitão retira o seu pavilhão da Feira de Santiago para levar para as suas festas, porque não consegue arranjar outro tempo. Em relação a estas duas festas já houve datas diferentes, mas Fest'asso era

mais ou menos nesta data, a Festanima realizava-se em setembro, mas coincidia na altura das nortadas e era muito vento naquela zona das escarpas. Para mudar para uma época melhor e para haver usufruto daquele espaço, sem tanto vento e com mais calor, para as pessoas poderem aguentar durante a noite, resolveram antecipar as datas das festas. Já anteciparam para agosto, mas depois o mês de agosto coincidia com muitas férias do pessoal da Junta, que é o suporte da concretização do evento, daí ter resultado numa semana sobreposta. Há muita população de um lado e do outro, não é por aí. De um lado temos quase 55 mil habitantes, do outro temos 45 mil habitantes, são duas grandes freguesias. Outros eventos se sobrepõem ao nível do próprio município, mas não podemos deixar de fazer as coisas, é a adaptação das agendas destas duas freguesias. De qualquer modo podemos dar informação desta preocupação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Existe um cartaz artístico, existe investimento das Juntas de Freguesia (sob o ponto de vista de quem foi presidente junta, como deve calcular) e existe também aquilo que é o financiamento das coletividades que acaba por ser prejudicado com essa sobreposição. É evidente que as juntas são muito grandes e existe população para as duas festas. Poderei dizer isto ao presidente de junta Rui Canas, que poderia ter antecipado a sua festa uma semana, certamente teríamos visto os jogos de Portugal, que foram três, no ecrã que lá foi colocado e assim não vimos nenhum.

Sra. Presidente – Desculpe que eu estava lá e vimos um jogo, que foi aquele em que perdemos.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Foi o último em que perdemos, mas isto era apenas uma sugestão, deveríamos ter visto os três jogos.

Sra. Presidente – Mas a perspetiva do senhor presidente era ver mais jogos, ele não sabia que aquilo ia acabar logo naquela altura. Começou a festa e acabou o jogo.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Tinha começado mais cedo, por isso só vimos um jogo. Isto é apenas um ponto de vista, de alguém que acha que não beneficia. Aqueles três jogos certamente que seriam vistos.

Sra. Presidente – Era de certeza agora! Sabe-se lá se era de certeza!

Sr. Vereador Fernando Paulino – Eram jogos obrigatórios, eram fase de grupos e tínhamos que jogar aqueles três jogos. Isso é outra história, depois a senhora Presidente tem que ler alguma coisa sobre estas questões dos campeonatos, já vi que não está muito por dentro do assunto.

Sra. Presidente – Nem faço questão de estar, é coisa que não me tira o sono.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Foi um aparte.

Sra. Presidente – Claro que tive muita pena de Portugal não continuar, como qualquer português sentiu a mesma tristeza.

Em relação à deservagem mecânica, como disse o Vice-Presidente Manuel Pisco, não é solução de todo, pode ser uma visão muito “romântica”, porque não resolve de todo e não é só Azeitão que está assim, é todo o concelho. A agravar isto temos um outro problema, o tempo tem sido tão instável que sempre que chove e abre o sol, uma semana depois as ervas voltam a crescer de novo. Levo todo o tempo a chamar a atenção dos presidentes de juntas para aquela situação, que é uma coisa impressionante!

Na Freguesia de Azeitão, no princípio de junho, fizemos o “Ouvir População” e nessa altura a freguesia estava toda limpa, agora é natural que tenham crescido as ervas, o mesmo se

passa com todas as outras freguesias. Estamos com um problema muito complicado em relação ao tipo de herbicida. No entanto, os nossos serviços dizem ter encontrado um herbicida ecológico caríssimo, porque como são novos no mercado e estão no início de lançamento, são sempre com preços quase proibitivos. Este herbicida ecológico já está a ser testado nos nossos serviços para se começar a fazer, em colaboração com as juntas de freguesia, em todo o território, mas ainda não está implementado a 100%. Isto está-nos a causar muita preocupação, até mesmo o lixo que se prende nas ervas é muito mais difícil de limpar, uma coisa traz a outra. No entanto, vou chamar a atenção da rua Francisco Salgado Zenha e da Rua Francisco Sá Carneiro.

Vou-vos dar uma pequena informação. Nós participámos a convite de um país que lidera um projeto comunitário transnacional, um país que ainda não é da comunidade, mas que está a fazer a sua candidatura à comunidade europeia, estamos a falar da Macedónia. Quem lidera este projeto é o município de Aksakovo na Bulgária e nós já tínhamos estado com eles num outro projeto, com outros 5 países. Trata-se de um projeto transnacional que paga em 100% as movimentações entre os países, de acordo com este projeto comunitário. Os nossos técnicos têm participado e vão sempre acompanhados com um ou dois eleitos, dependendo das temáticas, sendo que sou quase sempre eu e mais um eleito correspondendo à área que está a ser discutida. Do outro projeto que foi um sucesso, foram retirados praticamente todos os países à exceção de Portugal, que era representado por Setúbal e Aksakovo que era a cidade líder da Bulgária. Foi feita nova candidatura, onde se incluía Aksakovo (Bulgária), Setúbal (Portugal) Santa Vittoria (Itália), Montserrat (Espanha), Shtip (Macedónia) e uma cidade da Roménia. Recebemos um diploma dessa participação que aconteceu há cerca de duas ou três semanas, onde estive presente com mais quatro técnicos da Câmara Municipal de Setúbal.

Setúbal foi condecorado com marca estrela pela “Bloom Consulting”, consultora que faz “City Brand” do “ranking” da classificação das cidades. Mantivemos o 10.º lugar dos 308 municípios, sendo que na área do turismo passámos para 7.º lugar, na área do investimento para 8.º lugar, fomos condecorados com a designação de marca estrela da região de Lisboa. Ontem começou o nosso acampamento de férias para as crianças, esta é a quarta edição, que este ano já se realizou no campo de férias da Câmara Municipal, num terreno que destacámos do Parque de Campismo da Gâmbia e que neste momento comporta 50 crianças, o chamado Acampamento Municipal para a Juventude.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Este coletor pluvial é uma situação que está identificada na visita que fizemos. Quer uma quer outra das situações referenciadas no Faralhão têm solução através do plano de funcionamento do novo emissário Faralhão/Pontes que está concluído, mas está em teste e que vai ligar à ETAR de Setúbal. Para resolver o problema vai levar ainda mais algum tempo, temos que fazer a ligação das aldeias e de todos os esgotos e só a partir dessa altura é que podemos identificar os clandestinos e as situações mais caóticas, visto que ainda há aldeias que têm fossas que têm que ser ligadas ao emissário. Neste momento o processo está em curso e entre dois a três anos fechamos aquele processo e limpamos o rio daquele lado. Neste momento, em termos de aldeias, temos quase um milhão de euros para estabelecer as ligações e eliminar os núcleos de fossas, que na sua maioria derramam por não serem completamente estanques. É um processo histórico muito complicado do Faralhão e de toda aquela zona, que neste momento estamos a tentar atacar e resolver, construindo as estruturas base e depois fazendo a ligação de tudo o resto. Isto está a acontecer aqui e noutros sítios do concelho, tal como já referi numa reunião anterior. É evidente que sempre que há, como é o caso do coletor pluvial do Faralhão, uma ligação de coletores unitários e no caso desta elevatória que referenciou, sempre que chove muito, a carga sobre o elevatório é demasiado grande e ela dispara. Com a separação dos esgotos tudo isso acaba, mas isso é um processo que está em curso, ainda não está concluído.

4

Sr. Vereador Paulo Lopes – Aquilo que pude observar no local, é que existe um coletor pluvial e um coletor doméstico que liga à estação. Algo que foi bastante referenciado pelos moradores, o coletor pluvial não tem saída, porque no meio de alguns muros que também não deviam existir e de algumas valas, a água não tem saída para os esteiros e esse é um dos maiores problemas, a água fica estagnada. Isso não é possível resolver de uma forma mais imediata?

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Isso foi o histórico que referiu, neste momento temos a fiscalização a intervir sobre essas situações, isso não se resolve de repente. Estão a ser notificadas as pessoas para retirarem, para limparem, para demolirem, isto é um processo que vai fazer o seu caminho.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – O Partido Socialista vai fazer uma recomendação, porque sentimos que é algo que está neste momento a faltar, é algo que não depende do Partido Socialista, uma vez que somos oposição, é uma decisão que não depende de nós nem na criação nem na forma como pode depois ser dada consequência, mas vamos fazê-la na mesma, porque sentimos essa necessidade, a recomendação que foi feita por nós chama-se “Criação de um Conselho Municipal do Bem Estar Animal.”

“Por todo o nosso País milhares de animais vivem nas ruas: animais que nasceram na rua, animais que são abandonados, animais feridos e maltratados, animais doentes e com fome, animais velhos e debilitados. Outros, que não vivem nas ruas, mas que são igualmente números preocupantes a nível nacional, são os que estão à mercê de cuidadores incapazes que os confinam a situações degradantes para a sua saúde.

A fragilidade destes animais acontece por razões várias, que se prendem com a falta de recursos e de pessoas dispostas a adotar animais de forma responsável. Falta também educação nas populações e informação integrada e acessível para as pessoas que cuidam informalmente dos animais. Da mesma maneira faltam procedimentos uniformizados, simples e claros para dar respostas eficazes a estes problemas e para orientar todos os que os procuram minorar.

Tendo em atenção o atual panorama legislativo e as alterações constitucionais que têm vindo a ocorrer compreendemos que é central para os Municípios encontrar novas formas de gerir estes problemas.

Sendo a maioria das respostas insuficientes para acolhimento de média/longa duração quer ao nível dos canis municipais, associações e abrigos, cuidadores informais ou famílias adotantes, mas também ao nível da quantidade de alimento disponível, ou dos cuidados médicos essenciais, urge criar uma solução que permita a todas as pessoas, e organizações preocupadas com o bem-estar animal, encontrar respostas úteis, atendendo aos recursos que cada Município tem ao seu dispor.

Apesar de existir neste Município desde 2016, um Regulamento para a Saúde e Bem-estar Animal que contempla as principais áreas de intervenção e a possibilidade de estabelecer parcerias no âmbito dos cuidados a prestar, pensamos que no caso do bem-estar animal, a colaboração de mais entidades, sobretudo mais cuidadores informais e mais associações faz todo o sentido, bem como a possibilidade de tornar a sua colaboração ativa em contributos e partilha de experiências e não apenas como “parceiros no papel”.

Assim sendo, vimos por este meio recomendar a criação, no Município de Setúbal, de um Órgão com funções de coordenação e apoio consultivo, na área do bem-estar animal: um Conselho Municipal do Bem-Estar Animal, onde poderão ser abordadas e definidas de forma global, todas as preocupações do Município e dos seus cidadãos em torno do bem-estar animal.

Este Conselho Municipal deverá ser constituído pelo elemento da vereação, com o pelouro do bem-estar animal, e por outros representantes políticos locais interessados nesta área. Também deverá ter um representante do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC), representantes da PSP, GNR e dos Bombeiros, bem como representantes do máximo de Associações sem fins lucrativos registadas do Concelho e do

4

Distrito que acolhem, tratam e promovem a adoção e bem-estar animal em Setúbal. Poderá também integrar representantes dos médicos veterinários e clínicas veterinárias locais, que queiram colaborar com o Município enquanto extensão do CROAC, no apoio médico a animais de rua e a animais de famílias carenciadas, cuidadores informais de colónias e parceiros nacionais ou internacionais com experiência comprovada no cuidado animal e/ou na formação específica nesta área em parceria com Municípios e cuidadores. Pontualmente, poderão integrar este Conselho figuras ligadas a órgãos nacionais como por exemplo: ao Observatório Nacional para a Defesa dos Animais e Interesses Difusos (ONDAID), ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), representantes do Ministério Público ou do Governo Central, para esclarecer e aprofundar questões importantes para o bem-estar animal.

O propósito deste órgão será o de gerar, divulgar e promover junto da população Setubalense ações contínuas que melhorem a qualidade de vida e bem-estar dos animais, promovam o cuidado salubre dado a estes animais, fazendo com que se torne viável a medida de não eutanásia animais errantes, fazendo com que mais animais recebam cuidados médicos e alimentação de forma adequada, fazendo com que mais adoções responsáveis ocorram e menos abandonos tenham lugar. Também terá como propósito divulgar os regulamentos e leis atuais existentes, junto de entidades responsáveis pelo cuidado animal e junto da sociedade civil transversalmente.

Medidas como apoio financeiro a associações, construção de abrigos e de pontos de alimentação standardizados, parcerias municipais com empresas que apadrinham ou fornecem alimentação ou cuidados médicos são necessárias. Mas também são igualmente importantes medidas como a formação de forças de segurança, de veterinários e dos próprios cuidadores.

A promoção de apoios e patrocínios de empresas locais a famílias adotantes com menos recursos, a criação do conceito de "Animais do Bairro", a instituição de prémios ou menções honrosas para os cuidadores de colónias ou para os melhores parceiros a atribuir em sessões solenes, dará reconhecimento destas ações como sendo fundamentais e desejáveis para a saúde e bem-estar do Município.

A organização de mais eventos Municipais semelhantes ao "Dias de Adoção", a promoção durante todo o ano de Eventos Culturais e Desportivos Solidários com a causa animal e com as associações de apoio ao bem-estar animal no Município, a promoção de trocas de recursos entre instituições e cuidadores, a promoção de especificidade no apoio (ex.: associações de apoio felino, de apoio canino, de apoio a silvestres e selvagens, de apoio a sênios ou de apoio à reabilitação funcional, entre outros)

A criação de um Conselho Municipal de Bem Estar Animal, promoveria a troca de experiências e a real compreensão das necessidades de apoio no concelho, promoveria também a divulgação de informação para a população em geral e daria a esta área uma relevância merecida.

A promoção da dignidade dos seres a quem privamos muitas vezes dos meios necessários à sua sobrevivência, é uma causa nobre, torna as sociedades mais justas, torna as cidades mais saudáveis e avançadas.

Sr. Vice-Presidente – A questão do bem-estar animal é uma questão sempre oportuna e não tem que ser o exclusivo de um partido que se diz dos animais e natureza, todos temos de nos preocupar. Antes de se criar o Partido Animais e Natureza criou-se o Partido Ecologista, Os Verdes que também tinha esse objetivo ambiental e ecológico. Todos os partidos incluem nos seus programas as questões ambientais, da proteção da natureza e dos animais, não é exclusivo de nenhum setor político e nesse sentido é louvável a intervenção que faz e a questão que apresenta aqui.

Quanto ao fundo da questão queria chamar a atenção para o seguinte. A legislação quanto à criminalização de comportamentos em relação ao bem-estar animal, a criação de novas instâncias de responsabilidades quer judiciais, quer administrativas, quer policiais é bastante recente, está-se a adaptar e está-se a ajustar às competências. De repente saltámos para

uma prioridade do bem-estar animal claramente superior à prioridade do bem-estar social e humano. Está-se a correr o risco de considerarmos mais importante tudo o que diz respeito a um animal do que diz respeito aos humanos e isso pode ser uma inflexão das prioridades da ação política. Era bom tratarmos as questões do bem-estar animal e da proteção da natureza, no ponto em que elas devem ser tratadas, no quadro de um complemento ao bem-estar humano, social e na convivência entre os seres vivos. A espécie humana não deve ser predadora das outras, deve ser cuidadora das outras espécies e é nesse sentido que nos devemos ver, mas não passar para a frente de tudo aquilo que seja a defesa do bem-estar animal, porque aí cabem muitos conceitos e muitas ações práticas, que podem ser muitas vezes contraproducentes.

Resumindo argumentos em relação ao conteúdo da sua intervenção. Está aqui tudo junto!

Tudo o que são ações que se têm feito foram todas metidas neste cesto de preocupações, que seriam atribuídas a um Conselho Municipal. Era bom estabilizarmos os princípios e regras que são nove e que estão agora a ser adotados, era bom estabilizar a noção de crime em relação aos cuidados com os animais, era bom a estabilização judicial dos procedimentos e das estruturas.

Temos tido ações de colaboração no município com os veterinários fazendo campanhas de vacinação das colónias dos gatos, criamos uma política de adoção dos cães e dos gatos, temos tido propostas e disponibilidade para colaborar, mas que depois não tiveram sequência por parte dos ecologistas, em relação aos pombos, temos uma experiência grande em relação ao controlo da população dos pombos, que até tem sido usada noutros municípios, os quais têm visto como é que aqui se tem feito sem liquidar e sem matar os animais.

No entanto, a criação de um Conselho Municipal é extemporânea em relação à maturidade necessária para vários conceitos, várias normas de várias instâncias que pretende acautelar o bem-estar animal. Mais uma instância não faria mal ao mundo, mas pode vir a gerar este caldo de confusão que é *"vale tudo desde que seja para defender o animal"*.

Foi colocada na Assembleia Municipal anterior "O regulamento da atribuição de subsídio". Generalizam-se o subsídio a todos, mil a um, mil e quinhentos a outra, em associações que às vezes nem sequer estão legalizadas, nem têm condições. Esta é uma coisa que pode até parecer em sede de Assembleia Municipal, haver uma comissão orientada para estas áreas, como há para o urbanismo, para as condições sociais, para a educação, etc.

Quanto à questão de fundo, nós ganhávamos muito em estabelecer comportamentos e em cooperação institucional para o bem-estar animal, para não cairmos em exageros. Por aquilo que é sugerido, para dentro deste Conselho Municipal parece-me claramente um exagero. Nós não controlamos isto e parece-me um exagero.

Quanto à questão de forma é o que lhe disse há pouco, nós temos alguma dificuldade em acertar as figuras regimentais, não existe uma recomendação de um órgão executivo a si próprio. Isto é uma declaração política e qualquer bancada, qualquer partido político pode fazer o seu posicionamento político sobre qualquer matéria, não podemos é recomendar a nós próprios, porque somos membros do executivo municipal.

Qual é o destinatário da recomendação? É o executivo municipal.

Não podemos fazer um diálogo entre minoria e maioria, porque não existe esse espaço, fazem-se propostas que é perfeitamente legítimo e a figura regimental de recomendação não existe para nós.

Os serviços municipais vão levar em consideração muitas das coisas que estão aqui elencadas, porque a maior parte delas estão a ser trabalhadas. O que não parece de todo, nem pelo fundo da questão nem pela forma que aqui está, para nós aprovarmos já a decisão da criação de mais um Conselho Municipal, até porque, desta maneira e neste espaço de antes da ordem do dia, não lhe cabe a votação. Nós não temos que votar, mas nenhum partido político é impedido de assumir as suas posições políticas sobre qualquer matéria, faz a sua declaração, faz o seu posicionamento, mas não vamos aceitar uma votação. Como expliquei há a pouco, nós não temos que votar uma recomendação, porque isso nem sequer é figura regimental.

5

Entendemos perfeitamente a posição do Partido Socialista, não tem que ser exclusivo de nenhum partido em particular, mas não é o momento de lançar mais órgãos formais, quando aqueles que a lei recentemente criou ainda não são suficientemente estabilizados e articulados.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Vou pegar nas palavras com que o vereador Manuel Pisco terminou e dizer que a defesa dos animais da natureza e das pessoas não são exclusivos de nenhum partido, subscrevo integralmente essa afirmação. O atual Governo que é suportado a nível parlamentar por quatro partidos, tem feito muita legislação e tem sido aprovada por esses quatro partidos nesse sentido, prova de que não é um exclusivo de um partido como o PAN, que tem a sua bandeira e o seu *"core business"* perfeitamente identificado, mas não é de todo exclusivo desse partido. Tenho algumas dúvidas em relação à questão processual, se não podemos fazer recomendação, isto teria que ser transformada em moção e da parte do Partido Socialista estamos perfeitamente disponíveis para transformar o documento em moção em vez de recomendação, estamos também disponíveis para depois de a moção ser aprovada, caso seja esse o entendimento da maioria, apresentarmos uma proposta concreta (havendo um contacto com os próprios serviços da Câmara Municipal) para a criação deste Conselho Municipal do Bem-Estar Animal. Aí sim, numa proposta já faz todo o sentido, sendo mais pormenorizada, quem deve estar quem não deve estar, as suas competências, etc... No entanto, faz todo o sentido mantermos a moção, de criarmos um Conselho Municipal, exatamente também pelas palavras ditas pelo senhor Vice-Presidente Manuel Pisco *"existe uma certa nuvem obscura sobre as responsabilidades e sobre o que é que se deve fazer neste momento"*. Exatamente por haver essas dúvidas e esse ponto de interrogação muito grande, é que deve haver algum órgão que possa coordenar ou que possa juntar as várias entidades, que partilhem um caminho no concelho, no sentido de dar resposta àquilo que são as solicitações, que em certas alturas e em certas zonas não têm resposta. Temos conhecimento de situações que neste momento não têm resposta, de pessoas que telefonam para a GNR e a GNR não sabe bem ou não tem soluções para levar alguns animais. A culpa não é da GNR, mas, porque existe informação muito difusa. Entendemos que faz todo o sentido haver este órgão, até mesmo por aquilo que o vereador acabou de dizer. Estamos disponíveis para adaptar a recomendação em forma de moção e apresentar uma proposta numa próxima reunião de Câmara, em agosto ou em setembro, uma coisa mais formal e trabalhada com os serviços da Câmara Municipal de Setúbal e com várias entidades que devem ser ouvidas, para a elaboração da própria proposta.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Quando discutimos esta questão dos animais e dos seus direitos, é nosso dever enquanto seres humanos para com os restantes animais. Se os partidos mais ponderados em regra não debatem estas questões, normalmente elas vão para os partidos que adotam medidas mais extremas. Isso é que normalmente acontece em inúmeros temas, como é o caso da imigração, por exemplo, em que não debatemos durante uma série de tempo e agora os partidos mais extremistas procuraram tomar conta desse debate de forma nociva, como é evidente. Não estou a dizer com isso que o PAN é um partido extremista, mas normalmente adota as questões de uma forma extremista, não sei se radical, mas seguramente extremista sobre algumas abordagens. Isto para dizer que esta proposta tem o mérito de vir aqui ser discutida e isso é bom. Temos que olhar para as pessoas, temos que olhar para os animais e há a questão da natureza.

Porque é que estou a colocar esta questão?

Compreendo o objetivo desta proposta, moção, recomendação, isso é uma figura que nós podemos adaptar e acertar um pouco melhor entre nós, mas é importante precisar um pouco melhor.

Se falamos em animais, o que é que impede de falarmos dos animais que estão inseridos no ecossistema da Arrábida?

São um tema recorrente, desde os javalis às raposas que não se pode dar de comer, etc...

Será que isso faz sentido ou é só no meio urbano?

É importante haver essa definição, porque até agora aqui no debate temos falado mais do meio urbano, mais de uma colaboração que talvez não tem tanto a ver com esse outro prisma. Se o objetivo é também requerer sobre esse prisma, a natureza é crucial. Tratar de uma coisa que seja só sobre os animais, não tendo por base, especialmente o nosso concelho, a natureza, pode ficar “coxo”.

Creio que a proposta tem mérito, não tenho a certeza que seja necessário a criação de um Conselho Municipal, acho que ficava bem ser uma Comissão Municipal. Se assim for decidido, tudo bem!

O Vice-Presidente Manuel Pisco toca num ponto que é importante, se queremos um Conselho Municipal para o Bem-estar Animal, pressupõem-se também a natureza e o seu meio ambiente, temos que ter atenção uma série de outros fatores. Na cidade de Setúbal, que no contexto europeu é uma cidade grande, a desagregação da nossa rede solidária não social para com a população idosa é brutal. Se criarmos este tipo de Conselhos para essas matérias rapidamente temos que meter outros na agenda para não esquecermos. Atenção que eu volto a referir, há um mérito nesta matéria ao abordar este tema e sei que o objetivo não é, nem de perto nem de longe, deixar de parte outros, até pelo próprio curriculum da vereadora, seguramente tem isso na sua agenda, por isso é que fala um bocado mais à vontade. Há aqui uma certa consonância no que respeita a essa matéria, se vamos abrir esta porta de criação do Conselho Municipal, não podemos deixar de ter na agenda outros temas, que também são cruciais, não podem parar por aqui, porque há outros que também são bastante importantes e não têm a mesma discussão que existe atualmente, independentemente dos Conselhos Municipais que atualmente ocorrem e que existem, mas que não têm a atenção que nós às vezes queremos.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Muito obrigada também pelos contributos, acho que são todos relevantes, de facto é uma questão que é importante, ela não pode ser vista como “ou/ou”, ou damos apoio às pessoas ou damos apoio aos animais ou estamos a esquecer as pessoas porque estamos a colocar os animais à frente. Acho que as coisas têm que ser vistas em todos os municípios como movimentos integrados, não há sociedades que possam evoluir se temos uns piores e outros melhor e a questão humana é sempre uma questão essencial, mas não existe uma proibição de os alimentar na rua se tiver fome, não existe uma proibição de lhes dar um copo de água se tiver sede, não existe uma proibição de os levar a qualquer lado se tiver atropelado na estrada ou de o deixar atropelado na estrada. Porque nós podemos falar, porque nós temos uma sociedade que está organizada, não na forma ideal, mas está organizado de uma forma humana. Para nós organizarmos estas sociedades humanas, retirámos espaço à sobrevivência natural de muitas espécies que pelo instinto conseguiam alimento, conseguiram organizar-se, mas neste momento já não o conseguem fazer e dependem de nós, por isso morrem. O nosso regulamento que é muito bem feito, são 58 páginas que pensou em tudo. Obviamente que também temos que pensar na vida silvestre, na vida selvagem, na natureza e em todos os ecossistemas que integram tudo isto, mas nós temos aqui que é proibido o abandono, mas o que nós mais vemos são animais que são abandonados todos os dias. É proibido o abandono, mas se levar um animal que encontre abandonado, dizem-me “*escuse de o deixar*”, é a recomendação que se dá na GNR de Azeitão. Antes de fazer e pensarmos esta proposta falei com veterinários, falei com entidades, falei com pessoas que já passaram por estas situações e aquilo que neste momento existe, é que a GNR nem sequer vai a um veterinário ficam abandonados e a partir de maio e junho é aquilo que há mais. Porque são animais de grande porte, porque são aborrecidos de levar e depois não há método de fazer. Ou há boa vontade alheia e esta boa vontade muitas vezes vai sempre parar aos mesmos. Neste momento o “Cantinho da Milú” está com quase 800 cães, porque as pessoas chegam ao veterinário e os veterinários não tendo forma de ter a presença da GNR, dizem para ir ao “Cantinho da Milú”, o animal é atirado lá para dentro e é mais um. As pessoas que têm boa vontade muitas vezes destruturam toda a sua vida para ter 10 e 15 cães e não sei quantos gatos e são vistas como pessoas um bocadinho estranhas, mas são pessoas que estão a fazer aquilo que nós

enquanto município também podíamos fazer. Não estou a falar de dinheiro, porque o dinheiro faz-se mais todos os dias, tratam-se de medidas consequentes.

O Pedro Castro que já deu entrevistas para o "Miau", para a "Magazine", patrocinou há pouco tempo, no dia 20 de junho, um ciclo de conferências no Livramento "As jornadas do direito animal". O Pedro Castro faz um trabalho muito bom. Veio de Cascais para Setúbal e neste momento promove a adoção e a esterilização de animais. Inclusive no "programa 7", em que temos 7 capturas, 7 esterilizações e 7 devoluções. São programas implementados com apoios governamentais por todo o país, são programas muito importantes. Não adianta dizer "é proibido alimentar animais", porque os animais mesmo com fome reproduzem-se, continuam a andar na rua, adoecem, cada cão ou cada gato têm uma ninhada de 5 ou 6, isto nunca mais para. O Pedro muitas vezes recolhe os animais, que são às vezes libertados antes do tempo, porque os animais precisam de ter um tempo de recuperação. No "programa 7" esterilizam os animais, mas não há famílias de acolhimento temporário para fazer a reabilitação animal e os animais vão para a rua e muitas vezes propensos a infeções, porque saem com cicatrizes abertas.

Há muitas questões sociais em Setúbal que são absolutamente proeminentes e dou-lhe toda a razão, temos que ter outros órgãos igualmente importantes, como é a questão dos idosos. São coisas diferentes, mas uma não excluiu a outra nem pode excluir. A Câmara Municipal de Setúbal está neste momento ligada com o Observatório Nacional e tem promovido muitas medidas. Acho que nos ficava muito bem, sermos o primeiro município do país com o "Conselho Municipal de Bem-estar Animal".

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – A questão da nossa relação com os animais, na defesa do bem-estar animal, da prestação, do cuidar dos animais é algo muito pessoal, que todos nós de uma forma geral somos muito sensíveis, é algo que tem estado sempre presente, tem estado nas preocupações e tem estado nas políticas da gestão deste município, por parte desta maioria CDU. Curiosamente, há uns anos a esta parte, aquilo que é uma preocupação que o município começou a desenvolver, por isso gostava de recordar que somos pioneiros na proposta e na adesão às medidas de fim da eutanásia dos animais. Mas a determinado momento esta discussão passou para outros níveis e passou a assumir um papel prioritário na agenda política que me surpreende. A certa altura parece-me que há competição entre alguns partidos e faltava o PS surgir com esta proposta. Estas propostas surgiram com o Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal, o Partido dos Animais e Natureza na Assembleia Municipal e o Partido Social Democrata também na Assembleia Municipal com coisas próximas. Há aqui uma disputa e uma competição. Recordo-me das palavras de um camarada meu que na Assembleia Municipal disse *"é o reconhecimento pela interessante intervenção e importante política que a CDU desenvolve em Setúbal, em que pelos vistos não há outros temas para discutir, senão o bem-estar animal"*. Acho curioso que seja nesta reunião que isto venha para cima da mesa, quando neste momento as escolas não conseguem fechar o ano letivo, em que há um pânico, uma confusão, um caos nas escolas, em que os pais se sentem profundamente preocupados, uma altura em que seria interessante discutirmos estas matérias o Partido Socialista agenda uma proposta de criação do Conselho Municipal do Bem-Estar Animal. Numa altura em que avança e se desenvolve o processo de descentralização de competências nos termos que surgem as dúvidas por completo, em que a contrainformação é profunda com notícias a anunciar tudo o que está a ser concretizado, no sentido de se transferir um conjunto de transferências para as autarquias nos próximos anos, e que há um acordo das autarquias, mas que depois vamos ver em concreto e não há acordo com as autarquias e aquilo que são os termos do que se discute dessa descentralização, não é uma descentralização, mas é uma transferência de encargos. Estas matérias seriam muito importantes para nós aqui as discutir, em vez dessa iniciativa que o Partido Socialista tomou, apesar de não retirar o mérito de intervir. O Partido Socialista assiste-lhe o direito de propor aquilo que entende e assumir as prioridades que entende. Acho curioso partir do Partido Socialista esta quase inversa de valores da nossa sociedade, em que se sobrepõem, todas estas propostas e um conjunto de ideias que estão presentes, sendo muitas delas questões

4

importantes, com as quais o município já vem a desenvolver na sua intervenção, associam-se a uma perspetiva em que os valores individuais sobrepõe-se aos valores da comunidade e associa-se a um conjunto de propostas, em que o gosto pessoal e o interesse pessoal em ter um animal se sobrepõe ao interesse da comunidade. Digo isto, porque entendo que a solução para todo o desrespeito, todo o incumprimento, todo o comportamento ilegal, inclusivamente alguns deles criminoso, de pessoas que têm animais e que os abandonam, que os maltratam, etc., é um comportamento que tem que ser assumido pela comunidade e que não deve ser responsabilizado individualmente. Quando temos um conjunto de temas onde procuramos e deveremos promover um profundo debate no município, surge a criação de um Conselho Municipal. Não é sobre as questões do ambiente, não é sobre as questões ecológicas, não é sobre as questões de alterações climáticas e dos riscos que se envolvem, não é sobre a promoção da qualidade de vida, é sobre o bem-estar do animal. Acho que isto tem o seu significado político e a sua leitura política.

Sra. Presidente – Começo por pedir para não se repetirem e serem mais concisos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Não vou entrar sequer na discussão da temática, porque não é propriamente o que nos traz aqui hoje. Há muita coisa que está a ser feita neste momento, a nossa principal preocupação em termos objetivos práticos é ampliar o nosso canil/gatil, para fazer o acolhimento de animais em melhores condições. Estou mais preocupado com isso do que com discursos, com conversa, em resolver o problema concreto dos animais que a Câmara vai ter que recolher, acolher e cuidar até ao fim da vida dos respetivos animais. Estamos a conceber um novo canil/gatil, um pouco mais na lógica do espaço do "Cantinho da Milú", dando maior liberdade de ação e saindo daquela lógica do nosso canil/gatil, que é muito de encarceramento. Há um conjunto de medidas que o Vice-Presidente Manuel Pisco já referenciou, que nós estamos a implementar todos os dias e que estão em curso. É mais importante isto tudo que está realmente a ser feito, do que muita conversa à volta disso. Considero que à volta deste assunto há muita conversa, muita hipocrisia, não digo que é da senhora vereadora, mas de quem fala tanto e tão pouco faz. Esta é uma questão que devíamos ter algum cuidado, devíamos ser muito práticos, muito concretos e fazer ações práticas e concretas, para isso não é preciso grandes instrumentos, grandes organizações, grandes estruturas e só decidir o que é mais importante ser feito.

Nós temos muitos desequilíbrios no nosso concelho. Ainda há pouco o senhor vereador referiu um desequilíbrio, que é uma questão de saúde pública. Não temos meios humanos, recursos financeiros, recursos materiais, que nos permitam fazer uma gestão global de todos os problemas do concelho. Temos que colocar cada coisa no seu sítio e fazer um esforço concreto, orientado a prática para todos os problemas concretos que vão surgindo, seja no conjunto da vida das pessoas do concelho, seja no território do bem-estar animal. Estou de acordo com isso, mas estou preocupada com as ações. Não vejo que um esforço concentrado na lógica do debate venha resolver grande coisa. A lei é clara, a lei é dura, a lei é evidente, a lei responsabiliza, a lei diz o que fazer. Enquanto entes públicos temos que concretizar na medida dos nossos recursos, porque a lei vai mais além daquilo que nós temos como meios para fazer e responsabiliza de uma forma muito dura os municípios. Temos que ter alguma ponderação para não podermos ser os primeiros a assumir responsabilidades acrescidas em relação àquilo que já nos é exigido, e isso não parece adequado. Ponderação e equilíbrio é que devíamos de ter nesta matéria e olhar para orçamento que temos, com os meios humanos que temos, com os recursos que temos, para saber o que é que podemos fazer. É esse o esforço que deve ser feito e que não contraria o que a senhora vereadora colocou, mas com equilíbrio.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não tem tanto a ver com a recomendação, mas com a intervenção do senhor vereador Ricardo Oliveira, quando disse que o PS tem aqui uma inversão de valores. Queria deixar bem claro que repudio totalmente essa afirmação, porque é maquiavélica.



Como apresentamos esta recomendação estamos a repudiar os valores de tudo o resto? Se o PC ou a CDU não apresentou aqui uma moção ou uma recomendação sobre o que quer que seja, significa que está a repudiar?

É óbvio que isto não faz sentido senhor vereador Ricardo Oliveira.

Queria que ficasse bem expresso não existe inversão desses valores. Existe um problema real e aqui estou de acordo com o vereador Carlos Rabaçal, o que não é hábito, porque pareceu-me ponderada ao contrário de muitas outras que tem tido aqui. Acho que há um problema para resolver e não há meios e é isso que esta recomendação identifica. A esta comissão pode ajudar a dar respostas e a criar soluções, é neste prisma que nós apresentámos esta recomendação e cada partido votará como entender como é óbvio.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Uma questão importante que diz respeito e que é crucial sublinhar. Há uma competência que não é só do município de Setúbal no que diz respeito a esta matéria e isso está focado nesta recomendação e na intervenção do senhor vereador, como tal, existe uma multidisciplinaridade que tem que ser aplicada, por isso não podemos só olhar para os meios do município, creio que é esse o vértice que está aqui. Até que o município faça tudo o que a lei lhe compete, pode não ser suficiente se outros não fizerem nada. Há esse mérito no que diz respeito à questão do Conselho Municipal e é essencialmente por isso e por outras razões que não vale a pena repetir que voto favoravelmente, mas é importante focar que essa matéria tem mérito.

Sra. Presidente – Em relação àquilo que vou dizer não quero ser entendido como não gostar de animais, adoro animais, tenho animais e o meu companheiro tem cerca de 30 gatos à volta da casa, gatos abandonados que vão lá comer todos os dias e que ele tem o cuidado de todos os dias, esteja ele onde estiver ou algum de nós, lhes vão dar de comer. Quanto a esta matéria estamos esclarecidos. Não tem nada a ver com isso, mas tem a ver exatamente (e peço desculpa, porque tenho muita consideração pela vereadora Teresa) com um pouco de falta de assunto. Com tanta outra coisa para discutir, tal como foi referido pelo vereador Ricardo Oliveira, optaram por uma recomendação da criação do Conselho Municipal do Bem-Estar Animal. Peço imensa desculpa, mas é não saber minimamente como é que funciona um Conselho Municipal e quais os recursos necessários.

Não me venha dizer que a GNR não sabe o que há de fazer, porque sabe muito bem! A GNR e a PSP sabem muito bem, porque são eles que muitas das vezes chamam os bombeiros. Os bombeiros às vezes vão buscar cavalos, burros, animais de grande porte, até os animais de pequeno porte. São os nossos parques recursos que permitem a recolha e o tratamento adequado aos animais. Com dois médicos veterinários que estão mesmo à beira da reforma e com uma técnica que contratámos recentemente para fazer esterilizações, que irá substituir um dos veterinários e mais dois assistentes operacionais.

Dizer *“a gente sugeriu, eles é que não querem fazer”*. Não meus amigos! Não recebemos lições desse tipo, porque em relação àquilo que o PS fez neste município, no que respeita aos animais era uma desorganização total. Só queria que vocês vissem o que era o canil quando a CDU aqui chegou, se é que aquilo se podia chamar de canil, comparado com o atual canil. Significa que temos preocupações em relação a essa matéria, dentro das limitações do município. O que é hoje o canil, o que vai ser o canil e o trabalho que este executivo tem feito, nomeadamente esta vereadora e o vereador que a antecedeu, relacionado com os projetos e as casas para que os animais, para que sejam tratados de forma diferente. Hoje não se faz um abatimento, todos os animais estão permanentemente a ir para uma plataforma de adoção.

Isto está um pouco na moda, vamos criar uma megaestrutura, em que o município mais uma vez teria que dar cobertura, para dar provimento a uma estrutura destas. Ninguém imagina a estrutura que é criada, o andamento e o acompanhamento que tem que ser dado a Conselhos Municipais, temos os exemplos do Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Segurança e Conselho Municipal do Desporto. São estruturas que já têm, logística, meios humanos afetos a uma divisão. Têm que se preparar reuniões de cada

Conselho Municipal, elaborar as atas e conclusões das respetivas reuniões, muitas vezes surge a necessidade de se criar grupos de trabalho, para dar provimento às respetivas reuniões, etc., etc...

Segundo o vereador Paulo Lopes não é o seu "*core business*", porque, isto é, de facto o "*core business*" do PAN. Não sendo do seu "*core business*" e com tanta coisa para nós discutirmos, nomeadamente a situação que nos valeu uma reunião um pouco extensa, relacionada com a greve dos professores e com a avaliação dos alunos que não conseguem fazer as matrículas para o ano seguinte e não conseguem saber o que é que vai ser da sua vida. Com tanta coisa para podermos discutir, vamos recomendar uma estrutura, que tem que ver com a preocupação com os animais, mas que todos nós já temos, com tudo o que mudou nesta Câmara Municipal, exatamente por existir essa preocupação!

A título de curiosidade ontem acabámos a reunião de balanço, da visita "*Ouvir a população, construir o futuro*", na Freguesia do Sado, eu, o vereador Rabaçal e mais 20 técnicos, cada um de sua área. Estava nesta comissão um técnico que trata das questões dos animais, exatamente para tratar das questões da esterilização e sempre que encontrávamos colónias de felinos era feito o seu diagnóstico para se fazer de imediato a sua esterilização, tomar conta deles, saber quem é que estava a dar de comer aos animais e saber se os mesmos podiam ser levantados para serem doados. Ontem tudo isto aconteceu. Significa que estamos preocupados todos os dias, pois é esse o nosso trabalho. Isto que nos é apresentado pelo PS não faz sentido, não pela falta de preocupação, mas pela estrutura que aqui está a ser pedida, a criação de uma estrutura que não existe na Câmara Municipal de acompanhamento. Na verdade, nós fazemos esse acompanhamento de todos os animais, basta visitar e verificar o funcionamento e tratamento que damos aos animais e poder comparar com aquilo que era o tratamento dado aos animais, quando não estava na moda "cá na casa" e no país.

Peço desculpa, reconheço que partilha das mesmas preocupações, mas não tem sequer sentido a complexidade e a estrutura que está a ser solicitada à Câmara Municipal.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Percebo os motivos que ficaram bem explanados, a discussão foi feita de forma bastante salutar. Houve um cuidado da nossa parte de não ser crítico em relação à atuação da Câmara Municipal. Se lerem bem não há uma crítica implícita, não tentámos transformar isto numa oposição do PS contra a CDU. Não é isso que está em causa!

Sra. Presidente – Claro que não é isso que está em causa! O que está em causa é a estrutura!

Sr. Vereador Paulo Lopes – Exatamente, vocês são contra!

A alternativa é manter o trabalho que têm tido?

Entendemos que deve de haver algo mais, porque trabalho em equipa e em rede não está a ser feito.

Sra. Presidente – Não temos condições, só por isso!

Sr. Vereador Paulo Lopes – Tudo bem, não temos condições, mas há aqui uma decisão política e essa decisão deve ser votada. Pode-se transformar a recomendação em moção, não vejo como não! Não há problema nenhum com isso, é uma opção!

Sr. Vice-Presidente – Temos que nos estabilizar, mesmo que até o Regimento tenha alguma coisa esquecida do que é habitual. Não podemos fazer votações de surpresa e temos que acabar com a apresentação repentina de um documento surpresa, que não foi discutido, nem distribuído atempadamente. Se é para votar e tomar uma deliberação, tem que se incluir no Período da Ordem do Dia e ser distribuído como os outros documentos. Foi uma recomendação que não sei quando foi distribuída, que por sua vez é transformada em moção.



Estamos a fazer uma votação surpresa, não estava agendado para deliberar e de repente passa a estar. Se queremos votar, vamos cumprir uma norma simples da lei, as deliberações do órgão só podem ser tomadas dentro do Período de Ordem de Trabalhos. O Período de Antes da Ordem de Trabalhos é para apreciação de assuntos gerais de interesse para o município, discussão e apreciação, não refere deliberação.

Agora é com a Senhora Presidente se quer aceitar a transformação em moção ou não.

Sra. Presidente – Senhor vereador proponho que entregue isto como moção na próxima reunião. Pode ser?

Sr. Vereador Fernando Paulino – Vamos trazer como proposta.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não na próxima reunião.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Numa reunião posterior.

Sra. Presidente – Está retirada esta recomendação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o voto de pesar pelo falecimento de José de Almeida Miranda, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 16:

“O fio da vida do cidadão José Manuel de Almeida Miranda foi interrompido recentemente. Militante do Partido Socialista, o fio da sua memória é claramente marcado pelo seu exercício da Cidadania Republicana, que o seu envolvimento Autárquico e Associativo sublinha.

A título de exemplo, recordamos que José Miranda, foi membro da Assembleia Municipal no mandato de 1994 a 1997, tendo sido Presidente da mesma, para além de ter sido presidente da Junta de Freguesia de São Julião, no mandato de 1986 a 1989.

Foi um homem convicto e empenhado na construção da Democracia, de uma Cidade, de um Concelho e de um Portugal melhor.

Fica connosco no exemplo que constitui e, no seu exemplo, fica o reforço da inspiração para, com a responsabilidade sempre assumida pelas mulheres e pelos homens, Autarcas do Município, continuarmos a garantir o caminho de sucesso do Poder Local Democrático, o caminho de Abril.

A Câmara Municipal de Setúbal apresenta sentidas condolências à sua família, aos seus amigos, companheiros e camaradas, ao mesmo que sugere à Câmara Municipal de Setúbal que considere o seu nome na toponímia da Cidade e pondere a atribuição da Medalha de Honra da Cidade a título póstumo.”

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Leu o voto de pesar pelo falecimento de José Manuel de Almeida Miranda, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 17:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de José Manuel de Almeida Miranda, presidente da Assembleia Municipal entre 1994 e 1997, eleito pelo Partido Socialista.

Ainda antes de ser presidente desta assembleia, em substituição do presidente eleito Henrique Constantino, entretanto falecido, já José Miranda tinha dado provas da sua vontade e capacidade de servir a sua terra como presidente da Junta de Freguesia de São Julião no mandato que decorreu entre 1986 e 1989, eleito por uma coligação entre o PS e o PSD.

Entre 1990 e 1993 seria também deputado municipal, continuando a tudo fazer para servir a sua terra e fazer de Setúbal uma terra melhor, mais desenvolvida e justa para todos.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames.”

Sra. Presidente – Leu o voto de pesar pelo falecimento de Mário Pereira, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 18:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta sentido pesar pelo falecimento de Mário Pereira, o fundador da ACM de Setúbal.

4

Mário de Melo Pereira, natural dos Açores, onde se manteve até aos 25 anos, nasceu a 16 de março de 1934, na ilha do Pico. Aos 13 anos decidiu ir para o Seminário Episcopal de Angra. Frequentou mais tarde o seminário em Angra do Heroísmo, opção que o levaria para Itália. De Roma rumou a Lisboa, onde frequentou o curso de Físico-Química. Desistiu, mudou os planos que havia traçado e abraçou uma nova causa. Foi então que começou a colaborar na área social, montando o Secretariado de Ação Social, hoje Cáritas. Chegou a Setúbal em 1968, fundando a livraria, editora e centro de exposições Culdex, a atual Culsete. Em 1975 fundou a ACM Setúbal com Gil Manso, no que seria o seu grande projeto de vida, mas só no início de 1986 recuperou este projeto, desenvolvendo atividades na área social. Em 1991 integrou o grupo que arrancou com a Universidade Moderna de Setúbal, lecionando nas áreas de Introdução às Ciências do Comportamento e Antropologia e Sociologia da Religião. Durante 40 anos foi um dos líderes mais conhecidos e reconhecidos desta instituição e foi também Presidente da Aliança Nacional YMCA Portugal. Mário Pereira deixa na nossa memória a prática de pessoa íntegra, sempre presente e participante no percurso do nosso município. Deu sempre de forma generosa e construtiva a sua opinião e deixa marca positiva e importante na terra que escolheu para viver. A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames."

Sr. Vereador Paulo Lopes – Obviamente o Partido Socialista associa-se este voto de pesar. Mário Pereira era um homem íntegro, como diz e bem o voto de pesar. No momento muito complicado do movimento YMCA Portugal, teve a coragem de denunciar certas práticas que não eram corretas e com isso também ganhou o reconhecimento a nível internacional, de todo o movimento. Hoje a ACM de Setúbal e o YMCA Setúbal têm um reconhecimento a nível internacional, graças à coragem e integridade de Mário Pereira. Queria deixar aqui bem claro que foi um homem de coragem e um exemplo de cidadania para todos.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – O PSD associa-se aos votos de pesar aqui apresentados, dando natural destaque àquilo que foi a carreira e percurso de todos os que estão aqui mencionados.

Fez-se um minuto de silêncio pela memória dos falecidos.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu uma saudação a Inês Borba, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 19:

"A Câmara Municipal de Setúbal saúda a atleta Inês Borba, do Vitória Futebol Clube, pela conquista do título de Campeã Nacional de Juvenis na prova dos 1.500 metros, disputada na Pista de Atletismo de Vagos, distrito de Aveiro, no dia 23 de junho.

A atleta, considerada a melhor atleta esperança feminina na Gala do Desporto de Setúbal realizada em janeiro de 2018, bateu a forte concorrência oferecida pela campeã nacional em título, estabeleceu um novo recorde pessoal na distância, de 4' 37".

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Vitória Futebol Clube, a secção de Atletismo e os respetivos dirigentes e treinadores pelos contínuos resultados de excelência obtidos pelos seus atletas."

Sr. Vereador Paulo Lopes – Associamos obviamente a esta saudação a Inês Borba e aproveitamos também para saudar o Bruno Araújo que é um atleta que irá representar a Associação Académica do Instituto Politécnico, nos jogos europeus universitários, que se vão realizar em Coimbra, no próximo fim-de-semana e é o único representante de Setúbal e de Portugal na modalidade de ténis de mesa adaptado. Desejar a sorte para o Bruno e os parabéns à Inês.



B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).*
 - 2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.*
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. *Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 06 de junho de 2018.*
 - 2. *Deliberação n.º 203/18 – Proposta n.º 50/2018 – DAFRH – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de médio e longo prazo – Orçamento 2018.*
 - 3. *Deliberação n.º 204/18 – Proposta n.º 51/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Setúbal.*
 - 4. *Deliberação n.º 205/18 – Proposta n.º 14/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro 2 de Abril – Largo Afonso Ventura, 3 – 3.º B.*
 - 5. *Deliberação n.º 206/18 – Proposta n.º 67/2018 – DCED/SMBM – Contrato de depósito de bens culturais móveis entre o Novo Banco e a Câmara Municipal de Setúbal.*
 - 6. *Deliberação n.º 207/18 – Proposta n.º 68/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Outdoor Clube de Setúbal.*
 - 7. *Deliberação n.º 208/18 – Proposta n.º 69/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Centro Ciclista Azeitonense – 28.º Prémio Juvenil da Aldeia da Piedade.*
 - 8. *Deliberação n.º 209/18 – Proposta n.º 70/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Musical Capricho Setubalense pela coorganização do 14.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal.*
 - 9. *Deliberação n.º 210/18 – Proposta n.º 71/2018 – DCED/DICUL – Apoio à edição musical do Rancho Folclórico de Praias do Sado.*
 - 10. *Deliberação n.º 211/18 – Proposta n.º 72/2018 – DCED/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal, o Institut Français du Portugal e a Alliance Française de Setúbal para a realização da 19.ª Festa do Cinema Francês.*
 - 11. *Deliberação n.º 212/18 – Proposta n.º 73/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração com a 50 Cut's, Associação Cinematográfica.*
 - 12. *Deliberação n.º 213/18 – Proposta n.º 74/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Troia.*
- C) Período destinado à intervenção do Público**

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 06 de junho de 2018

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos da Sra. Presidente, da Sra. Vereadora Eugénia Silveira e do Sr. Vereador Paulo Lopes, por não terem estado presentes nesta reunião.

2. Deliberação n.º 203/18 – Proposta n.º 50/2018 – DAFRH – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de médio e longo prazo – Orçamento 2018

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 26.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Ouvi as suas palavras com atenção, especificamente sobre uma parte que é bastante importante equacionar, que é precisamente o período do investimento e aquilo que efetivamente é o seu período de vida, isso deve coincidir ou não com a respetiva amortização do financiamento. Olhando para o mapa, que olhei com atenção, não está em causa o mérito das obras que são importantes e é bom que sejam feitas, fica a dúvida se algumas destas obras não seriam tanto um alvo de empréstimo a 12 anos, mas sim de despesas que poderiam ser feitas com a receita corrente da Câmara Municipal. Fica essa dúvida e não vamos estar a discutir uma a uma.

Como não quero deixar de fazer a declaração sobre esta matéria e sobre esta minha opinião e remetê-la para uma declaração de voto, apenas quer deixar essa dúvida que me assiste, razão pela qual irei-me abster.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

3. Deliberação n.º 204/18 – Proposta n.º 51/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 205/18 – Proposta n.º 14/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro 2 de Abril – Largo Afonso Ventura, 3 – 3.º B

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 206/18 – Proposta n.º 67/2018 – DCED/SMBM – Contrato de depósito de bens culturais móveis entre o Novo Banco e a Câmara Municipal de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 207/18 – Proposta n.º 68/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Outdoor Clube de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 208/18 – Proposta n.º 69/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Centro Ciclista Azeitonense – 28.º Prémio Juvenil da Aldeia da Piedade

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 209/18 – Proposta n.º 70/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Musical Capricho Setubalense pela coorganização do 14.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 210/18 – Proposta n.º 71/2018 – DCED/DICUL – Apoio à edição musical do Rancho Folclórico de Praias do Sado

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 211/18 – Proposta n.º 72/2018 – DCED/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal, o Institut Français du Portugal e a Alliance Française de Setúbal para a realização da 19.ª Festa do Cinema Francês

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 212/18 – Proposta n.º 73/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração com a 50 Cut's, Associação Cinematográfica

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 213/18 – Proposta n.º 74/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Troia

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e quarenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 22 de agosto de 2018, por unanimidade, contém 21 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Cristina Claro